

SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE SETEMBRO DE 2019

ACTA N.º 6/2019

(CONTÉM 28 PÁGINAS)

Por convocatória do Presidente da Assembleia Municipal, datada de dezassete de setembro de dois mil e dezanove, reuniu a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, no miniauditório, pelas nove horas e trinta minutos, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Período antes da ordem do dia;
3. Aprovação das atas das sessões realizadas a 28 de junho e 10 de julho de 2019;
4. Aprovação em definitivo do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior do Município de Miranda do Douro;
5. Tomada de conhecimento do relatório de acompanhamento da execução do PAF referente ao 1.º Semestre 2018 no âmbito do plano de saneamento financeiro – Programa de apoio à economia local;
6. Aprovação da derrama, para vigorar em 2019;
7. Participação variável no IRS para o ano 2020;
8. Aprovação do imposto municipal sobre imóveis, a liquidar em 2020;
9. Aprovação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano 2020;
10. Aprovação do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança;
11. Apreciação da informação a prestar pelo Sr. Presidente da Câmara.

Constatou-se a ausência dos seguintes membros: Mário da Conceição Bartolomeu Torrão, Urbino Anjos Correia, Eduardo Luís Tiago Beça Sanches da Gama.

Estiveram presentes os seguintes membros: Carlos do Nascimento Ferreira, Antero Correia Besteiros, António Augusto Castro Carção, Maria Virgínia Lopes Preto, Alberto José Raposo, Marisa Pardal Lavrador, Luz Jesus Guerra João, Bruno Filipe Lourenço Torrado, Zulmira do Nascimento Martins Cristal Firmino, Priscila Salomé Ribeiro Oliveira, Mário João Ferreira Vaz, Carlos Eduardo Córdova Pêra, José Marcelino Antão, Camilo António Vaz das Neves Raposo, Abílio Domingues Pires Barril, Manuel Guerra Gonçalves, António Jorge Jacoto Lourenço, António José Fernandes Ribeiro, Luís Augusto Lucas, José Francisco Gonçalves Ribeiro, Orlando Seixas Vaqueiro, Aquilino José Morete Ginjo, Silvino Francisco Preto da Silva e Paulo Mendes em representação da freguesia de Vila Chã.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu a sessão apresentando os seus cumprimentos a todos os que se encontravam presentes, e prosseguindo pediu aprovação para introduzir quatro pontos e onze subpontos, que foi aprovado por unanimidade e que serão introduzidos entre o ponto três e o ponto quatro da ordem de trabalhos. -----

1 - Informações. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se alguém, dos membros presentes, pretendia prestar alguma informação, ou manifestar-se a respeito dos documentos disponibilizados, não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes. -----

2. Período antes da ordem do dia. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** em seguida procedeu à abertura de inscrições para intervir neste ponto tendo-se inscrito os seguintes membros: Orlando Vaqueiro, Antero Besteiros, Alberto Raposo e António Carção e Jorge Lourenço. -----

O **Deputado Orlando Vaqueiro** cumprimentou todos os que se encontravam presentes na sessão e começou por agradecer á Câmara Municipal o apoio financeiro para organizar o “À Festa na Aldeia” na freguesia de Ifanes e Paradela. -----

Reconhecer e louvar a pessoa, ou pessoas, que contribuíram para a elaboração da ata da sessão extraordinária do Dia da Cidade. É uma ata bem-



feita, exatamente como diz a lei, sucinta e suficientemente esclarecedor e clara relativamente às intervenções. -----

Quero expressar um voto de louvor aos Bombeiros Voluntários de Miranda em primeiro lugar em meu nome pessoal e em nome da junta de freguesia de Ifanes e Paradela pelo esforço e pela dedicação porque sempre atempadamente têm abastecido de água a minha freguesia, mas porque também antes foram incansáveis no trabalho que fizeram no abastecimento de água ao concelho. Até a própria Câmara Municipal, indiretamente, tira grandes dividendos políticos pelo esforço e dedicação dos bombeiros no abastecimento de água ao concelho. Não fossem eles a Câmara não teria condições para abastecer o concelho. Esta corporação merece da minha parte e quero aqui expressá-lo, um voto de louvor.

O **Deputado Antero Besteiros** cumprimentou todos os que se encontravam presentes na sessão e informou que realizaram dois concursos Nacionais de Raça Bovina. Disse que era o solar da raça mirandesa que estava ali exposto e que a mostragem era grandiosa. Disse também que é jurado de classificação nos concursos pecuários dessa raça e que perante os animais ali expostos ficou deveras extasiado, pela forma de melhoramento que se encontra a Raça Bovina Mirandesa. Todo deviam ter estado presentes, para engrandecer a Raça Mirandesa. Quero aqui deixar o meu louvor ao técnico responsável e a todos os trabalhadores da Raça Mirandesa que estão todos os dias em campo, cumprimentar também todos os técnicos, pessoal e presidente da direção. -----

No dia 06 de setembro realizou-se também outro concurso nacional. O concurso do burro mirandês, poucos fomos os que estivemos neste concurso. Uma raça do nosso concelho que também nos deve orgulhar porque também tem contribuído para o engrandecimento do nosso concelho e da nossa lavoura. ----

Agradecer ao presidente Dr. Miguel Nóvoa e à secretária pelo facto de terem contribuído para o melhoramento da raça asinina. A nossa pecuária está de parabéns. -----

Informou que nas caminhadas que faz pelo parque do Rio Fresno tem verificado que ultimamente os trabalhos de limpeza têm melhorado. Os funcionários que lá trabalham têm-se dedicado bastante. Mas, os detritos acumulados, dessa limpeza, têm que ser removidos. Pediu para que a caruma

Sessão de 27 de setembro de 2019

dos pinheiros seja removida pois torna-se perigosa para quem por ali caminha. Pediu que se cortassem alguns pinheiros que já estão mortos e que as portas de alguns casebres ou moinhos e postes de eletricidade fossem pintados. Disse estar satisfeito com a limpeza que foi feita no morro junto á estrada nacional, mas que é necessário remover o mato que lá ficou pois aquilo é material combustível. -----

O Presidente da Assembleia Municipal aproveitou e propôs um voto de louvor à Raças Autóctones nomeadamente as raças de produção de carne o qual foi aprovado por unanimidade. -----

O **Deputado Alberto Raposo** cumprimentou todos os que se encontravam presentes na sessão e disse que há um ditado que diz “e tudo terminou” que tem agora outra postura. Começou por dar os parabéns aos senhores mordomos e ao presidente da junta de freguesia da Póvoa pelo grande evento religioso realizado, não só pelas figuras recebidas, mas também pela boa organização. Dar os parabéns á Câmara Municipal que já lhe foram concedidos em pleno altar pelo senhor presidente da junta de freguesia da Póvoa, não sei se a Câmara merecia todos esses parabéns que lhe foram dirigidos. Disse que é preciso ter em conta o que disse o senhor bispo “é preciso fazer mais por este santuário”. -

O **Deputado António Carção** disse que há que respeitar o protocolo e começou por cumprimentar os presentes pela seguinte ordem: -----

Em primeiro lugar o senhor presidente da Assembleia Municipal, em segundo lugar os secretários de seguida os senhores deputados e presidentes de junta depois o senhor presidente da Câmara e executivo por fim todos os outros presentes. Lembrou que é importante cumprir o protocolo. -----

Disse que, está solidário com o voto de louvor para as raças autóctones principalmente as de produção de carne. Depois desta nevoa que envolveu a criação de raça bovina não está a ver a dieta mediterrânea sem carne de vitela na sua alimentação. É um devaneio total, é a nossa cultura. -----

Em relação ao Dia da Cidade nada tenho a dizer correu tudo bem. Senhor Presidente da Assembleia teremos que ser mais disciplinados na organização da Assembleia. Nesse dia as pessoas principais são os homenageados é a razão porque se faz esta Assembleia, chego à conclusão que toda a gente quer ser a



Sessão de 27 de setembro de 2019

vedeta e os homenageados ficam para segundo plano. Começamos a sessão com a sala cheia quando chega a hora dos homenageados ficam a falar sozinhos. Marca-se a missa para a uma hora a sessão acaba às duas e meia, há qualquer coisa que não bate certo. É preciso ter algumas regras. Deixar mais tempo para os agraciados. Não gostei temos que melhorar. -----

Naquele dia houve algo histórico passado dez anos o comboio, que estava metido não sei onde, apareceu. Aqui já não era o problema das baterias. Em relação ao comboio foi construída uma narrativa falsa e foram os mirandeses que ficaram a perder. -----

Acerca da inauguração da ETAR algo que me deixou perplexo uma obra de um milhão foi feita com esforço da Câmara de dez, doze, quinze por cento. Sr. Presidente é preciso poupar em festas e festinha e fazer obras. Os fundos comunitários têm que ser aproveitados é preciso fazer candidaturas. Aquela obra vai melhorar a qualidade de vida de muita gente. Outra coisa que me deixou perplexo não havia um presidente de junta de freguesia socialista presente. Não sei a razão, sem comentários. -----

Outro assunto que queria aqui referir foi a candidatura da Bola Doce as 7 Maravilhas Doce de Portugal. A meu ver o assunto foi maltratado e o resultado foi o que se viu. Algo que não podia deixar passar em vão foi um ano de excelência para o turismo. Já se nota que a Câmara tem uma chefe de divisão com algumas tarefas, são apenas muito superficiais ainda é preciso fazer mais.

E para terminar, dois anos de mandato deste executivo, está a meio do mandato. Estes dois anos a Câmara esteve em autogestão. Um presidente ausente e um vice-presidente inexistente e uma vereadora pouco presente, mas com vontade de trabalhar. Aqui uma reflexão quanto a sua situação que tudo corra pelo melhor o concelho precisa de si tanto como pessoa como profissional.

O senhor **Presidente da Assembleia** respondeu ao deputado António Carção fazendo-o sempre em Língua Mirandesa, no que diz respeito á organização dos trabalhos da Assembleia no dia de Miranda, eu acho que nós continuamos a bater na mesma questão. Todos devemos ser um pouco mais disciplinados cada um deve tomar isso para ele. Eu não estou completamente de acordo com que essa Assembleia seja dedicada aos homenageados. Essa

Sessão de 27 de setembro de 2019

Assembleia é dedicada a celebrar o dia da cidade. Isso é que é verdade. É verdade também que os homenageados cristalizam grande parte dessa Assembleia dedicada ao dia de Miranda, mas estou de acordo que podemos sempre melhorar. Eu acho que foi uma Assembleia bonita. -----

O **Deputado Jorge Lourenço** cumprimentou todos os que se encontravam presentes na sessão conforme o protocolo e começou por dizer subscrevo todas as palavras relacionadas com os eventos realizados pelo Município nomeadamente com as Raças Autóctones, pelos homenageados no dia da cidade com o voto de pesar pelo falecimento da D. Balbina. -----

Lembrar que hoje é o dia Mundial do Turismo, dar os parabéns ao Município pelo conjunto de atividades que tem a decorrer no âmbito deste dia. Sendo o turismo um fator de grande importância para o desenvolvimento do concelho o Arquivo Municipal associou-se com mais um evento de "*Cumbersas ne l Arquivo*". Para o qual convido todos os presentes. Em relação à minha freguesia quero colocar uma questão relacionada com o protocolo entre a Associação Nacional de Municípios e a EDP da realização de uma obra para o Barrocal do Douro no âmbito deste protocolo do qual tenho chamado atenção desde o início deste mandato sem que neste momento saiba qual é a obra e quando será executada pelo que gostaria de saber se será ainda este ano. -----

Dirigindo -se ao senhor Presidente da Câmara disse que as notícias que a EDP se prepara para vender aquilo que são os ativos mais importantes deste território que são as barragens de Miranda e de Picote. É um assunto que me preocupa não sei se tem alguma informação que nos possa prestar. Apesar de ser um negócio entre privados, enquanto presidente da junta preocupa-me os postes de trabalho dos funcionários da minha freguesia e do concelho pois deviam ser acautelados estes postos de trabalho. -----

Concluídas as intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara dar repostas às questões apresentadas pelos deputados. -----

O **Presidente da Câmara** cumprimentou todos os que se encontravam presentes na sessão e começou por agradecer pela discussão dos assuntos que são do interesse de todos e também as nossas prioridades para o concelho.

Sessão de 27 de setembro de 2019

Respondendo às questões do deputado Orlando Vaqueiro, nomeadamente em relação ao abastecimento de água e ao louvor dirigido á associação dos bombeiros que está solidário. O abastecimento de água sempre foi uma preocupação deste executivo e estamos a cumprir. Esperamos ter o assunto resolvido nestes dois anos, mas ficará pouca coisa por fazer. Orgulha-nos este investimento que está a ser feito no abastecimento de água principalmente no norte do concelho. Pedir desculpas a algumas aldeias que não estão completamente abastecidas. É verdade que há aqui um esforço dos funcionários e do chefe de divisão da Câmara que têm feito um trabalho excelente junto da população e dos bombeiros. -----

Esperamos encontrar financiamento para resolver o problema de algumas freguesias, o caso da Granja e de São Martinho para que possamos resolver a questão da quantidade e da qualidade da água. Agradeço ao Eng.º Besteiros as palavras em relação ás Raças Autóctones é também uma preocupação para nós, as Raças Autóctones não são as contaminadoras do ambiente como querem fazer parecer. Relativamente ao Fresno estamos a melhorar. Temos notado um aumento de visitação à cidade e ao concelho e é uma preocupação nossa o estado das coisas. Isto deve ser uma preocupação de todos não só da Câmara e dos funcionários, mas de todos. A Manutenção, a iluminação uma luz apagada, uma lâmpada a piscar, a limpeza é uma responsabilidade de todos. Agradeço o facto dessa chamada de atenção. Em relação ao Naso agradeço à junta de freguesia da Póvoa o acompanhamento que me fizeram. Todos os anos, no dia seis, sete e oito vou ao Naso e faço com todo o gosto não só como Presidente, mas como peregrino de Nossa Senhora do Naso. Quero dizer ao senhor deputado que se ausentou e agora não pode ouvir e depois há falhas de comunicação, o assunto foi concertado pelo senhor bispo e pelo presidente da junta da Póvoa de tentarmos encontrar um projeto de longevidade para o Santuário do Naso. Todas as confrarias têm a preocupação de melhorar e encontrar um projeto de longevidade para que o Naso seja um ponto de encontro religioso no nosso concelho. Sobre o comboio dizer que temos toda a documentação arquivada. Os valores apresentados anteriormente eram extremamente altos e depois a empresa que forneceu o comboio faliu. Assim optamos pela opção B. Foi o senhor

Aquilino Ginjo que contactou uma empresa de Braga que se disponibilizou a vir cá e resolveu-se a situação com a substituição das baterias que anteriormente custavam a volata dos cinquenta mil euros e agora se conseguiram pelo valor de quatro mil. Tomou-se a decisão da substituição de baterias de baixo valor que permite pôr o comboio a circular. -----

Em relação à Bola Doce disse que foi um trabalho árduo não foi um trabalho fácil. Quando chegamos a Bragança no dia da apresentação nós percebemos logo, vou usar a expressão "estava tudo feito". Já quando foi o outro programas, as 7 Maravilhas da Gastronomia também percebemos que aquilo estava de certa forma formatada. Fiz sentir junto da organização que o serviço público não deveria ser feito dessa maneira. -----

Para terminar quero dizer ao senhor deputado Carção que não me ausentei de nenhuma atividade da Câmara e nunca recusei estar presente onde fui convidado e se não estive presente é porque não fui convidado ou porque havia dois eventos ao mesmo tempo. Quando disse que fui um presidente ausente está muito enganado. E quero dizer que os compromissos que assumi com outras instituições, como sabe, tenho estado sempre presente em todas. Mais tenho levado os interesses do concelho de Miranda do Douro sempre onde vou. Devia ter mais atenção com as palavras porque são ofensivas, mas as palavras são suas.

O **Presidente da Assembleia** perguntou ao Presidente da Câmara, uma vez que o vice-presidente e a vereadora tinham citados pelo deputado Carção se entendiam que tivessem direito de resposta, ao qual o Presidente disse que sim.

O **Vice-presidente** dirigiu-se a deputado Carção e disse, vou ser breve, só dizer o seguinte no bom sentido da palavra e como se diz na prática corrente, o deputado Carção acabou de dar uma no cravo e duas na ferradura, e neste caso concreto em relação à vice-presidência é na ferradura pela seguinte razão. A figura do vice-presidente só existe quando o presidente da câmara está ausente, nas suas faltas e impedimentos, é isto que diz a lei, e como o senhor presidente já justificou que tem estado muito presente significa que a figura do vice-presidente se torna uma figura menos necessária. -----

Nas situações em que o senhor presidente não pode estar presente eu representei com toda a dignidade essa figura. A mim preocupa-me muito mais,

Sessão de 27 de setembro de 2019

em relação às competências que me foram atribuídas, na delegação de competências, e essas sim eu tenho cumprido cabalmente. As palavras valem o que valem. Eu prefiro falar pouco e bem outros preferem falar muito e não dizer nada. -----

A **Vereadora Anabela Torrão** cumprimentou todos os presentes na sessão e disse que reconhecia ser verdade, que desde julho, a cada três semanas, há três dias que não estou presente por motivos de saúde que já é do vosso conhecimento, mas depois tento sempre colmatar esse tempo. Faço o que posso, apesar de já me ter sido solicitado ficar de baixa médica, não quero, estou aqui para trabalhar, e espero eu, que daqui a três quatro meses tudo isto passe e possa voltar a corresponder às vossas solicitações. De qualquer modo o meu telemóvel está sempre disponível para vos atender. -----

O **Deputado Carção** pediu de novo a palavra e disse que há pessoas que reagem muito mal á critica, o senhor presidente sentiu-se ofendido quando eu não pretendi nem quis ofender. Respondeu aquilo que eu não disse e ocultou aquilo que eu disse. Em relação á sua presença física não pus isso em causa pois cruzamo-nos várias vezes em atos públicos. O que eu quis dizer foi que em dois anos de mandato não deu nenhum seguimento a nenhuma promessa do seu programa, está ausente. O programa não está a ser cumprido. -----

Em relação ao vice-presidente as palavras dizem o que é notório, o relacionamento entre os dois elementos do executivo é mau e é do conhecimento público e isso reflete-se nas políticas do concelho. -----

Em relação à senhora vereador eu apenas a citei para desejar uma rápida recuperação, porque é isso que eu sinto. -----

Concluídas as intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu os trabalhos passando ao ponto que seguinte. -----

3. Aprovação das atas das sessões realizadas a 28 de junho e 10 de julho de 2019. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes.

Foi colocada a votação a ata da sessão realizada no dia vinte oito de junho de dois mil e dezanove, tendo sido aprovada, por unanimidade, dos membros

Sessão de 27 de setembro de 2019

presentes na referida sessão, nos termos do n.º 3, do artigo 34.º, da Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprova o novo Código do Procedimento Administrativo. -----

----- Colocada á votação a ata da sessão de 10 de julho de dois mil e dezanove, tendo sido aprovada, por unanimidade, dos membros presentes na referida sessão, nos termos do n.º 3, do artigo 34.º, da Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprova o novo Código do Procedimento Administrativo. -----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições para intervir nos pontos introduzidos nesta sessão sobre a descentralização de competências, na generalidade, tendo-se inscrito os seguintes deputados: Alberto Raposo, Jorge Lourenço, Orlando Vaqueiro, Mário João Vaz, António Carção e Aquilino Ginjo. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara, para uma breve explicação à cerca da descentralização de competências.

O **Presidente da Câmara** informou que o executivo tinha sido subscritor da não aceitação da atribuição de competências em reunião de Câmara uma vez que estamos num período conturbado com esta pressão toda não só quanto à transferência de competências conforme estão, mas também em relação à transferência de competências para as freguesias. Muitas dúvidas em relação a esta matéria, diplomas que ainda não saíram, que a componente financeira atribuída a cada competência, a gestão interna das competências são dúvidas que se nos colocam. De uma forma genérica não estamos preparados para aceitação da transferência de competências. -----

O **Deputado Alberto Raposo** disse que concorda com a não aceitação de transferência de competências uma vez que estamos em vésperas de eleições e com uma nova legislatura, novo governo, novas ideias. -----

O que eu não entendo, e tenho aqui na garganta, como Mirandês que sou e deputado nesta Assembleia há trinta seis anos a defender esta casa, qual o motivo que aceitamos a transferência de uma única competência. -----

O **Deputado Jorge Lourenço** disse subscrevo a não aceitação de transferência de competências porque não estão reunidas todas as condições, mas deixo aqui um desafio à Câmara Municipal como a exemplo do que se tem

Sessão de 27 de setembro de 2019

feito com a celebração de protocolos. É cada vez mais importante as freguesias serem dotadas daquilo que são os recursos necessários para o seu desenvolvimento. É importante começarmos a aprofundar esse trabalho nas matérias onde poderemos para quando 2020 ou 2021 isso vier acontecer estejamos de facto preparados para assumir essa transferência de competências.

O **Deputado Orlando Vaqueiro** começou por dizer relativamente a este ponto quero fazer aqui uma nota prévia. Toda a minha intervenção vai ser considerada dura, mas dirige-se única e exclusivamente aos órgãos políticos, enquanto tais e não às pessoas que integram esses órgãos. -----

Exma. Câmara Municipal a não aceitação de transferência de competências é uma questão política, não de política partidária, mas política enquanto conceito puro de capacidade e arte de decidir. Quando a Exma. Câmara decidiu com o argumento “porque não estão reunidas as condições” e por isso não aceitamos, é o mesmo que não dizer nada. Este argumento trazido a esta Assembleia é nada, é zero, aliás uma questão política, tão puramente política. Veja-se que os deputados da oposição nem sequer se dignaram intervir neste ponto, exceto aqui o meu amigo Lourenço. Então nestas competências todas, estes Decreto-Lei já entraram em vigor em março, e só agora vêm aqui, uma matéria tão importante e esta é agendada em cima do joelho. Quem desta Assembleia leu, releu e pensou sobre esta matéria que está em discussão. Sejam honestos, teremos capacidade para decidir sim ou não. Dentro destas matérias há as EPI´s a Câmara decidiu “não aceitamos porque não estão reunidas as condições”. Os leitores desta mensagem vão fazer uma leitura política e a leitura política é esta, a Câmara Municipal de Miranda do Douro não quer apoiar as EPI'S. As praias fluviais onde a Câmara podia receber receitas de concessões, a Câmara Municipal, ultimamente, tudo o que o governo quer descentralizar, a Câmara de Miranda não quer. A Câmara Municipal de Miranda do Douro quer máximo proveito e mínimo esforço, quer é dinheiro, mas as competências que fique o governo com elas, e depois estamos sempre a reivindicar regionalização, proximidade das populações, mas depois quando chega a transferência de competências para as juntas de freguesias aqui a viola já toca de outra maneira. Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, no meu modesto entender

Sessão de 27 de setembro de 2019

estiveram muito mal nesta matéria ao decidir não aceitar porque não estão reunidas as condições. Que condições? No vosso entender quais seriam as condições que deviam estar reunidas para a Câmara aceitar a transferência de competências? Querieis um milhão de contos por cada transferência? Quereis negociá-las antes de as aceitar? O que é que a Câmara quer para o concelho? E agora perguntamos nós quais são as condições que a Câmara entende que deviam estar reunidas? -----

Não me vou alongar mais porque eu também não tive tempo de ler. Mas há competências na saúde, competências na educação, competências na gestão de jogos de fortuna e azar. Então se um chinês ou uma chinesa decide abrir um casino em Miranda seria uma fonte de rendimento valiosa para Miranda. Não seria correto se alguém quisesse abrir um casino e fosse a Câmara a decidir? É que quem decidi também vai cobrar taxas. Eu acho que a Câmara uma vez que as decisões foram tomadas por unanimidade, não esteve bem. Eu teria sido seletivo, alguma poderia não estar em condições de ser aceite, mas há outras que deviam ter sido muito ponderadas e depois de bem ponderadas, aceites. ---

O Presidente da Assembleia Informou o deputado Orlando Vaqueiro que era já a segunda vez que este assunto vinha á sessão de Assembleia. -----

O **deputado Manuel Gonçalves** disse revejo me nas palavras do deputado Orlando Vaqueiro e prescindo do uso palavra. -----

O **deputado Mário Vaz** cumprimentou todos os elementos da Assembleia, da Câmara bem como a assistência e disse que já se tinha falado e votado nesta assembleia sobre este assunto e que este é um assunto que temos que acautelar a curto prazo. Disse que se o seu sentido de voto não se mantivesse, não seria por qual competência devemos aceitar, mas sim iniciar este processo de negociação de aceitação de transferências de competências. Todos nós somos a favor de transferência de competências, mas não as aceitamos e se não as aceitamos não as conseguiremos negociar. -----

O **Presidente da Câmara** usou da palavra e disse sobre esta questão da descentralização já foi muito discutida aqui na Assembleia Municipal. Na generalidade o que se me apraz dizer é que faltam ainda muitos documentos para nós podermos aceitar ou não a transferência de competências. Não temos

CF
Eusf**Sessão de 27 de setembro de 2019**

a informação toda para conscientemente poder decidir tal como as juntas de freguesias não estão preparadas para receber transferências de competências, falta muita informação. Deixar aqui bem claro o que diz a lei – não pode haver aumento de despesa na descentralização. Há muitos diplomas por sair, por isso sem termos toda a informação devemos ter muita cautela nesta matéria. No Mês de agosto saiu muita legislação, e com tanta gente de férias, é humanamente impossível à Câmara dar respostas às exigências relativamente a esta matéria. --

O Vice-presidente entrevistou e começou por dizer o princípio básico da descentralização é aplaudido por todos. Nós passamos o tempo todos a criticar o poder central, mas depois no que nos toca a nós andamos a vaguear. Por razões pessoais eu e a senhora vereadora não estivemos presentes na reunião onde esses assuntos foram discutidos, mas isso não significa que teríamos votado diferente. Não estive presente porque estive no tribunal de Moncorvo a resolver questões da Associação dos Bombeiros de Sendim. Eu vou aqui cingir-me á questão das EPI´s para quem não sabe são Equipas de Primeira intervenção, as duas do concelho: Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sendim e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Miranda do Douro, nós tomamos posse dia dois de novembro de dois mil e nove e logo em dezembro foram aprovadas e em reunião de Câmara. Neste momento as EPI´s são financiadas cinquenta por cento pela Autoridade Nacional da Proteção Civil e cinquenta por cento pela Câmara Municipal. Muito recentemente o vencimento base desses funcionários foi atualizado de 617,00€ para 738,00€. A Câmara já assinou uma adenda ao protocolo assinado com as EPI´s para atualizar os salários. Este decreto só nos diz que são transferidos para a Câmara a manutenção da EPI´s não fala em valores, é normal que a Câmara fique de pé atrás, é preciso que isto se esclareça. Há outro tipo de competências e eu aí se calhar tenho uma visão diferente. Competências desses decretos todos que estão aqui que a Câmara gradualmente podia ir assumindo alguma. Na questão das freguesias nós devemos dar passos firmes para nos prepararmos para o que aí vier. Como diz o deputado Carção devemos preparar-nos para depois não andarmos todos às aranhas, fazer uma “Chek List” das coisas fundamentais e necessárias para esta transferência de competências. -----

Sessão de 27 de setembro de 2019

O **Deputado António Carção** pediu a palavra e disse estou ainda mais perplexo, eu não vou votar favoravelmente algo que a Câmara votou contra, embora me reveja nas palavras o deputado Orlando. E dizer ainda vai sair mais legislação, isso é retórica. Porque com esta legislação já houve municípios que aceitaram algumas competências. Agora mais graves são as palavras do Dr. Ilídio” eu não estive na reunião”, então este assunto foi aprovado pela oposição? Em três votos dois da oposição e um do presidente da Câmara? Agora, o senhor vice-presidente não pode dizer “não estive na reunião” não tenho nada a ver com isto, não fica bem. -----

O **deputado Orlando Vaqueiro** pediu a palavra e começou dizendo eu tinha razão, politicamente eu tinha razão foi precisamente a oposição que em reunião de Câmara aprovou esta matéria. A leitura política, o argumento, a informação cabal que foi dada a esta Assembleia foi “nós não estamos em condições de aceitar estas competências porque falta documentação” esta é até hoje do domínio do conhecimento público a única fundamentação que eu ouvi. Quem diz isto não sabe o que é um projeto de negociação política. Quando há uma transformação jurídica numa instituição, como a Câmara, como as juntas de freguesia saem leis quadros com princípios gerais e estruturais, estes são os Decretos Lei. Depois saem os decretos específicos para regulamentar pormenorizadamente a matéria. A Câmara só é obrigada aceitar as competências quando houver regulamentação definitiva e pormenorizada. Enquanto não houver legislação específica continuaria tudo como antes. Aqui está o interesse do concelho e a vossa argumentação não cola. As coisas têm que ser sérias, tanto na política como na vida pessoal. -----

O Presidente da Assembleia disse em relação a esta questão disse que em relação à tramitação de aceitação ou não destas competências como o sr. deputado disse, não corresponde á verdade, porque a normativa quando saiu, do ponto de vista geral, trazia uma tramitação de aceitação ou não muito precisa. O diploma trazia datas para aprovar ou não pelas Câmara e pelas Assembleias. Um ano depois podia haver pronúnciação diferente e em 2021, independentemente das pronúnciações todas, as competências serão entregues às Câmara. Esta é a tramitação específica que saiu. -----

Sessão de 27 de setembro de 2019

O Deputado Orlando Vaqueiro interrompeu dizendo não, não é nada disso. A lei é clara o projeto lei é de 1 janeiro de 2019, entra em vigor sessenta dias corridos que é dia um de março, mostre o decreto, diga qual o artigo, para esclarecer esta Assembleia. -----

Presidente da Assembleia respondeu ao deputado Orlando que entraria em vigor a um de março se não houvesse pronúncia e perguntou ao sr. Presidente da Câmara se queria fazer mais algum esclarecimento. -----

O deputado Orlando Vaqueiro dirigiu-se ao Presidente da Assembleia, dizendo: fica-lhe mal como Presidente da Assembleia, e já várias vezes o fez, essa atitude de comentar a intervenção do deputado. Ficou-lhe muito mal agora esse riso irônico, o senhor ri-se da sua própria ignorância e falta de oportunidade de intervenção. Não admito isto. -----

O Presidente da Assembleia respondeu ao deputado Orlando, dizendo: vós mesmo, há pouco, dissestes que era bom introduzir um pouco de humor, estou apenas a concordar convosco e a dar substância às vossa palavras, não vos parece! -----

O Presidente da Câmara esclareceu uma vez mais que não há negociações nesta matéria, ou aceitam ou não aceitam. Em relação às transferências de competências para as juntas de freguesia não pode haver aumento de despesa.

O deputado Orlando interrompeu dizendo não há aumento de despesa se a Câmara tinha que fazer algo e passa a ser da competência da junta, e assim a Câmara não aumenta a despesa, a Câmara apenas transfere a verba. Essa de tapar os olhos com a peneira, o senhor presidente da Câmara é contra tudo o que o governo quer. -----

Deputado **Aquilino Ginjo** cumprimentou todos os presentes, dizendo em seguida que todos estavam a falar da mesma coisa, uns de uma maneira, outros de outra. As juntas de freguesia deviam todas até ao dia 30 de setembro fazer o que a Câmara fez. A lei 50/2018 diz que em 2021 todos teremos que aceitar as competências, isto se não for alterada a lei ou revogado o prazo. Por exemplo uma das competências da junta é pequenas reparações das escolas. A lei devia dizer, pequenas reparações ate ao valor X, e depois quem vai decidir se é uma pequena ou uma grande reparação? O presidente da junta e o presidente da

Sessão de 27 de setembro de 2019

Câmara podem não estar de acordo porque se for uma grande reparação já não é obrigação da Junta e aí já não está contemplado nenhum valor. No caso dos funcionários há toda uma despesa (despesas da ADSE valor e reembolsos). No caso da Junta de Freguesia de Sendim vamos ter um número X de funcionários, esses funcionários na Câmara são geridos por um encarregado, o senhor presidente da Câmara diz que não pode haver aumento de despesa, mas quem vai gerir estes funcionários? Não vai ser o presidente de junta que vai andar atrás deles todo o dia. Terá que haver um encarregado, haverá que comprar uma carrinha, comprar uma serie de máquinas. Tudo isto tem que ser contabilizado, mas se não pode haver aumento de despesa como fazemos isto? Não sabemos, por isso eu vou votar não. -----

O Presidente da Assembleia elogiou a intervenção elucidativa do deputado Aquilino, que disse ter sido uma intervenção que acresceu alguma coisa ao debate por ser: esclarecedora, informada, ponderada e sobretudo calma. -----

O **deputado Mário Vaz** disse serem precisas mais intervenções como a do deputado Aquilino, por ser esclarecedora e com exemplos concretos. Estas intervenções devem vir tanto da parte dos deputados como do executivo. ----

O Presidente da Câmara informou novamente que não há negociação nesta matéria. A Câmara já teve uma má experiência nesta matéria. Aqui há uns anos no período da TROIKA o que nos disseram foi vamos transferir tanto dinheiro e depois dessa transferência vieram dizer vamos reduzir a vossa transferência em dois, três, cinco por cento. Se em 2021 o estado tiver problemas orçamentais? Nada nos garante que não vai haver cortes para as autarquias locais. Isto é uma grande preocupação para nós por isso temos que nos acautelar. -----

Concluídas as intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu os trabalhos passando ao ponto que se segue. -----

4. Descentralização de competências. -----

4.1 Descentralização de competências - Decreto-Lei n.º 97/2018 de 27 de novembro - Praias. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições para intervir neste ponto. -----

O deputado Orlando Vaqueiro absteve-se porque, referiu: no Regimento da Assembleia consta “quem numa votação se absterer nunca lhe poderão ser assacadas quaisquer consequências em virtude dessa abstenção”. -----
Não se tendo inscrito nenhum dos membros procedeu-se à votação tendo o Órgão Deliberativo deliberado, por maioria, com três abstenções, do deputado Orlando Vaqueiro, deputado Mário Vaz e deputado Manuel Gonçalves, não aceitar a transferência das competências previstas no decreto-lei n.º 97/2018 de 27 de novembro, devido ao facto de considerar que este município não reúne, neste momento, as condições necessárias para aceitar as competências previstas no diploma supramencionado, no ano de 2020. -----

4.1.2 - Descentralização de competências - Decreto-Lei n.º 98/2018 de 27 de novembro - Exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar. -----

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições para intervir neste ponto. -----
Não se tendo inscrito nenhum dos membros procedeu à votação tendo o Órgão Deliberativo deliberado, por maioria, com três abstenções, do deputado Orlando Vaqueiro, deputado Mário Vaz e deputado Manuel Gonçalves não aceitar a transferência das competências previstas no decreto-lei n.º 98/2018 de 27 de novembro, devido ao facto de considerar que este município não reúne, neste momento, as condições necessárias para aceitar as competências previstas no diploma supramencionado, no ano de 2020. -----

4.1.3 - Descentralização de competências - Decreto-Lei n.º 100/2018 de 28 de novembro - Vias de comunicação. -----

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições para intervir neste ponto. -----
Não se tendo inscrito nenhum dos membros procedeu à votação tendo o Órgão Deliberativo deliberado, por maioria, com três abstenções, do deputado Orlando Vaqueiro, deputado Mário Vaz e deputado Manuel Gonçalves não aceitar a transferência das competências previstas no decreto-lei n.º 100/2018 de 28 de novembro, devido ao facto de considerar que este município não reúne, neste

Sessão de 27 de setembro de 2019

momento, as condições necessárias para aceitar as competências previstas no diploma supramencionado, no ano de 2020. -----

4.1.4 - Descentralização de competências - Decreto-Lei n.º 101/2018 de 28 de novembro - Justiça. -----

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições para intervir neste ponto. -----

Não se tendo inscrito nenhum dos membros procedeu à votação tendo o Órgão Deliberativo deliberado, por maioria, com duas abstenções, do deputado Orlando Vaqueiro e deputado Mário Vaz, não aceitar a transferência das competências previstas no decreto-lei n.º 101/2018 de 28 de novembro, devido ao facto de considerar que este município não reúne, neste momento, as condições necessárias para aceitar as competências previstas no diploma supramencionado, no ano de 2020. -----

4.1.5 - Descentralização de competências - Decreto-Lei n.º 103/2018 de 28 de novembro - Associações de Bombeiros. -----

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições para intervir neste ponto. -----

Não se tendo inscrito nenhum dos membros procedeu à votação tendo o Órgão Deliberativo deliberado, por maioria, com três abstenções, do deputado Orlando Vaqueiro, deputado Mário Vaz e deputado Manuel Gonçalves não aceitar a transferência das competências previstas no decreto-lei n.º 103/2018 de 28 de novembro, devido ao facto de considerar que este município não reúne, neste momento, as condições necessárias para aceitar as competências previstas no diploma supramencionado, no ano de 2020. -----

4.1.6 - Descentralização de competências - Decreto-Lei n.º 104/2018 de 28 de novembro - Estruturas de atendimento ao cidadão. -----

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições para intervir neste ponto. -----

Não se tendo inscrito nenhum dos membros procedeu à votação tendo o Órgão Deliberativo deliberado, por maioria, com duas abstenções, do deputado Orlando Vaqueiro e o deputado Mário Vaz não aceitar a transferência das competências previstas no decreto-lei n.º 104/2018 de 28 de novembro, devido

*C
A
S
H*

Sessão de 27 de setembro de 2019

ao facto de considerar que este município não reúne, neste momento, as condições necessárias para aceitar as competências previstas no diploma supramencionado, no ano de 2020. -----

4.1.7 – Descentralização de competências – Decreto-Lei n.º 105/2018 de 28 de novembro – Habitação. -----

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições para intervir neste ponto. -----

Não se tendo inscrito nenhum dos membros procedeu à votação tendo o Órgão Deliberativo deliberado, por maioria, com duas abstenções, do deputado Orlando Vaqueiro, deputado Mário Vaz e deputado Manuel Gonçalves não aceitar a transferência das competências previstas no decreto-lei n.º 105/2018 de 28 de novembro, devido ao facto de considerar que este município não reúne, neste momento, as condições necessárias para aceitar as competências previstas no diploma supramencionado, no ano de 2020”. -----

4.1.8 - Descentralização de competências – Decreto-Lei n.º 106/2018 de 28 de novembro – Património imobiliário público sem utilização. -----

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições para intervir neste ponto. -----

Não se tendo inscrito nenhum dos membros procedeu à votação tendo o Órgão Deliberativo deliberado, por maioria, com três abstenções, do deputado Orlando Vaqueiro, deputado Mário Vaz e deputado Manuel Gonçalves, não aceitar a transferência das competências previstas no decreto-lei n.º 101/2018 de 28 de novembro, devido ao facto de considerar que este município não reúne, neste momento, as condições necessárias para aceitar as competências previstas no diploma supramencionado, no ano de 2020. -----

4.1.9 - Descentralização de competências – Decreto-Lei n.º 107/2018 de 28 de novembro – Estacionamento Público. -----

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições para intervir neste ponto. -----

Não se tendo inscrito nenhum dos membros procedeu à votação tendo o Órgão Deliberativo deliberado, por maioria, com três abstenções, do deputado Orlando Vaqueiro, deputado Mário Vaz e deputado Manuel Gonçalves, não aceitar a

Sessão de 27 de setembro de 2019

transferência das competências previstas no decreto-lei n.º 107/2018 de 28 de novembro, devido ao facto de considerar que este município não reúne, neste momento, as condições necessárias para aceitar as competências previstas no diploma supramencionado, no ano de 2020. -----

4.1.10 - Descentralização de competências – Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro – Educação. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições para intervir neste ponto. -----

Não se tendo inscrito nenhum dos membros procedeu à votação tendo o Órgão Deliberativo deliberado, por maioria, com três abstenções, do deputado Orlando Vaqueiro, deputado Mário Vaz e deputado Manuel Gonçalves, não aceitar a transferência das competências previstas no decreto-lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, devido ao facto de considerar que este município não reúne, neste momento, as condições necessárias para aceitar as competências previstas no diploma supramencionado. -----

4.1.11 - Descentralização de competências – Decreto-Lei n.º 23/2019 de 30 de janeiro – Saúde. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições para intervir neste ponto. -----

Não se tendo inscrito nenhum dos membros procedeu à votação tendo o Órgão Deliberativo deliberado, por maioria, com três abstenções, do deputado Orlando Vaqueiro, deputado Mário Vaz e deputado Manuel Gonçalves, não aceitar a transferência das competências previstas no decreto-lei n.º 23/2019 de 30 de janeiro, devido ao facto de considerar que este município não reúne, neste momento, as condições necessárias para aceitar as competências previstas no diploma supramencionado, no ano de 2020. -----

4.1.12 - Descentralização de competências – Decreto-Lei n.º 116/2019 de 21 de agosto – Áreas protegidas. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições para intervir neste ponto. -----

Não se tendo inscrito nenhum dos membros procedeu à votação tendo o Órgão Deliberativo deliberado, por maioria, com três abstenções, do deputado

F. Eust.

Orlando Vaqueiro, deputado Mário Vaz e deputado Manuel Gonçalves não aceitar a transferência das competências previstas no decreto-lei n.º 116/2019 de 21 de agosto, devido ao facto de considerar que este município não reúne, neste momento, as condições necessárias para aceitar as competências previstas no diploma supramencionado, nos anos de 2019 e 2020. -----

5 - Relatório de Acompanhamento em 30 de junho 2019. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições para intervir neste ponto, não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes.

O **Deputado Orlando Vaqueiro** sugeriu que seria de bom tom fazer um intervalo de um quarto de hora para poder analisar o documento uma vez que apenas tinha sido disponibilizado no dia. Vamos –nos inscrever para comentar o quê? A Assembleia Municipal é um órgão com muita responsabilidade e muita dignidade e uma pessoa só pode formar uma opinião se estiver devidamente informado. O senhor presidente da Câmara poderá dar uma breve explicação sobre o documento. -----

O **Deputado António Carção** pediu a palavra para dizer que não via nenhum mal estes assuntos serem agendados na hora, mas o senhor presidente da Câmara devia fazer uma informação cabal sobre o documento. -----

O **Presidente da Assembleia** informou que este documento já tinha sido enviado por Email há três dias, e que tinha falado com o senhor presidente da Câmara, com o chefe de divisão e com a secretária da Assembleia, referindo-lhe que os assuntos não podem nem devem ser agendados para o próprio dia da Sessão, sem que tenha sido remetida e disponibilização informação atempada sobre os mesmos. -----

Colocado a votação foi o mesmo aprovado por maioria com o voto de abstenção do deputado Alberto Raposo. -----

6 - Dissolução da Miranda Carnes, Lda. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes. -----

O **Presidente da Câmara** deu um pequeno esclarecimento para dizer que há vários anos estão a tentar resolver esta questão com o ministério, também

C. Eustá

Sessão de 27 de setembro de 2019

aconteceu a morte do sr. Raul, penso que estamos agora em condições de dissolver esta entidade. Encontramos agora uma fórmula para poder dissolver esta sociedade e que vem resolver um problema que se arrasta há muitos anos na Câmara Municipal. -----

Colocado a votação foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

7 - 20ª Modificação ao Orçamento de 2019. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes. -----

Colocado a votação foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

8 - Aprovação em definitivo do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior do Município de Miranda do Douro. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, tendo se inscrito os seguintes membros: Orlando Vaqueiro, António Carção e Mário João Vaz. -----

A **Vereador Anabela Torrão** prestou um esclarecimento para dizer que este assunto é apenas o seguimento e o curso normal da aprovação deste Regulamento. Esta Assembleia aprovou o projeto de regulamento seguidamente foi para publicação no diário da república, seguiu-se o período de discussão pública, não tendo havido qualquer proposta de alteração foi o mesmo aprovado em reunião de Câmara em definitivo e vem agora a esta Assembleia para ser aprovado em definitivo, para depois o podermos implementar. -----

O **Deputado Orlando Vaqueiro** disse neste ponto tivemos uma informação cabal da Sr.ª Vereadora assim deveria ser feito em todos os pontos. Quero também dizer que numa possível alteração ou revisão ao articulado do regulamento no ponto onde a Câmara diz que vai avaliar as condições o técnico a, b, e c, na avaliação em concreto fizesse parte o presidente da junta de freguesia do candidato nessa avaliação. Isto porque o presidente da junta conhecerá mais de perto a realidade económica desse candidato. -----

O **Dedputado António Carção** começou por dizer congratulo-me com esta medida. Espero que sejam contemplados já este ano os alunos e eu acho que ficava bem dar conhecimento aos membros da Câmara, já não digo aos da

Asssembleia dos alunos que foram contemplados, para nós também podemos aferir porque às vezes acontece alunos que deviam ser apoiados e não o são, e outros que são não deviam. Não quero com isto dizer que os funcionários vão inquinhar as coisas, mas podem ser mais beneficiados uns que outros. Quanto ao regulamento nada a dizer. -----

A **Vereadora Anabela Torrão** informou que no documentam constam todos os documentos de avaliação e aferição das candidaturas. É bastante extensivo o tipo de documentos que lá estão, depois obviamente que qualquer candidatura está sujeita aos critérios de avaliação seja o júri que for só tem que seguir o regulamento. -----

O **Deputado António Carção** usou da palavra novamente para dizer que há muitos casos de união de facto, solteiros com Mercedes à porta e a viver em casas luxuosas, tenho conhecimento disto, mesmo em Sendim, os filhos são apoiados a cem por cento pelo Ministério da Educação, por vezes também temos uma palavra a dizer porque depois há a revolta daqueles que não são beneficiados e as vezes o próprio regulamento favorece estas coisas. -----

O **Deputado Mário Vaz** usou da palavra para se congratular com esta medida e para dizer que por haver falhas e por as coisas por vezes não correrem bem, não podemos deixar de as fazer, tanto aqui nesta questão dos subsídios como noutros assuntos discutidos aqui na Asssembleia. Outra questão eu não sabia que a Câmara além dos livros escolares comparticipou também os cadernos de fichas e quero deixar uma sugestão para quando for possível: porque não a Câmara distribuir uma escova e uma pasta de dentes a cada aluno para que possa efetuar a sua higiene oral depois da refeição do meio dia. -----

O **Deputado Bruno Torrão** cumprimentou todos os presentes na Asssembleia e disse que em relação á intervenção do deputado Carção dizer que eu compreendo, mas deixar um alerta, caso seja aceite a sua proposta haverá certamente uma violação do regulamento de proteção de dados que pode trazer consequências graves para o Município e a quem de devido lugar. Eu falo porque é uma área onde eu estou a fazer o Mestrado e as coimas são elevadas, mesmo para as instituições públicas. -----

Terminadas as intervenções e colocado a votação foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

9 - Tomada de conhecimento do relatório de acompanhamento da execução do PAF referente ao 1.º Semestre 2018 no âmbito do plano de saneamento financeiro – Programa de apoio à economia local. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes.

Colocado a votação foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

10 - Aprovação da derrama, para vigorar em 2019. -----

O **Presidente da Câmara** informou que nesta matéria de impostos a Câmara está a seguir o mesmo dos anos anteriores. Como estamos a avaliar a questão da transferência de competências, a receita e com investimentos de alto valor a decorrer no concelho decidimos manter a proposta do ano anterior. Apenas uma ressalva em relação ao IRS a questão dos 5%, o compromisso depois é a Câmara apresentar em reunião uma proposta concreta para os 2.5% para um investimento a fazer em todas as freguesias do concelho. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes. -----

----- O **Presidente da Câmara** deu uma breve explicação acerca deste ponto.

Colocado a votação foi o mesmo aprovado por maioria com abstenção do deputado António Carção. -----

11 - Participação variável no IRS para o ano 2020. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, tendo-se inscrito o deputado António Carção. -----

O **Deputado António Carção** disse que dos 5% de IRS a Câmara pode entregá-los a quem paga IRS ou ficar com ele. Eu acho que já ao o ano passado entregava 50% destes 5% aos municípios, eu acho pouco por isso eu não vou votar favoravelmente eu vou votar contra. -----

Colocado a votação foi o mesmo aprovado por maioria com o voto contra do deputado António Carção. -----

Sessão de 27 de setembro de 2019

12 - Aprovação do imposto municipal sobre imóveis, a liquidar em 2020. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, tendo-se inscrito o deputado António Carção. -----

O **Deputado António Carção** entendeu para dizer que pela mesma razão não poderei votar contra, mas não poderei votar a favor, eu vou abster-me pelo simples facto, eu acho que no concelho, principalmente em Miranda deve começar a pensar em agravar o IMI em determinadas casas por exemplo dentro do Centro Histórico, que é a joia da coroa, que tem que ser valorizado. Existem algumas casas que são autênticos “mamarrachos”, e às vezes não têm solução pela teimosia dos donos. Acho que é possível agravar o IMI de forma galopante nas casas degradadas, não nas casas habitadas, as pessoas começavam a ver que é um capricho caro. No Centro Histórico, pelo menos, deve ser agravado o imposto. -----

O **Presidente da Câmara** informou que não é possível baixar mais estamos na taxa mínima. O que estamos a votar aqui não é criar mais um imposto ou se vota favoravelmente ao imposto mínimo é isto que está em causa neste momento. A questão que coloca aqui é pertinente. Eu já nomeio uma comissão de avaliação. Vamos começar pelo Centro Histórico quer no âmbito da Proteção Civil quer no âmbito da própria Divisão de Gestão Urbana e da fiscalização. Há uma dificuldade com as Finanças que tem a ver com o cadastro. O trabalho que vamos fazer em primeiro lugar vai ser em Miranda no Centro Histórico, segundo pelo PARU em Sendim e depois a terceira área de intervenção vai ser Palaçoulo. Depois do cadastro atualizado, trazer aqui uma proposta concreta de todas as habitações que apresentam risco. Isto será uma proposta apresentar posteriormente. -----

Colocado a votação foi o mesmo aprovado por maioria com a abstenção do deputado António Carção. -----

13 - Aprovação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano 2020. -----



O **Presidente da Câmara** relativamente a este assunto informou que o imposto já não é imputável a cada uma das pessoas que usam as redes, já é aplicada diretamente às redes. -----

O **Presidente da Assembleia** referiu que em relação às operadoras parece-lhe que não se tem feito um trabalho de melhoramento na qualidade da rede das várias operadoras, que ainda falha muito e que ainda são necessários melhoramentos significativos. -----

O **Presidente da Câmara** informou que tem pressionada a ANACOM para que a ANACOM pressione também as operadoras para instalar uma rede de cobertura total a vários níveis. Ainda nos falta o eixo principal que é o IC5. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes. -----

Colocado a votação foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

14 - Aprovação do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança.

O **Presidente da Câmara** informou relativamente a esta matéria houve a necessidade de nomear uma pessoa para este cargo, e peço aprovação deste regulamento. Há também a necessidade de nomear alguém desta Assembleia para fazer parte do Conselho Municipal de Segurança. Na próxima sessão será feita a votação para este cargo. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes.

Colocado a votação foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

15. Apreciação da informação a prestar pelo Sr. Presidente da Câmara.

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, tendo-se inscrito o deputado Antero Besteiros. -----

O **Deputado Antero Besteiros** cumprimentou todos os presentes da Assembleia e regozijo-me com a informação que a Câmara trás a esta Assembleia sobre a Requalificação e Modernização da Escola Secundária de Miranda do Douro. Hoje já podemos estar descansados as telhas de fibrocimento prejudiciais para os alunos, professores e funcionários foram já removidas e substituídas. Quero também congratular-me pela entrada da Escola Secundaria ficar mais

Sessão de 27 de setembro de 2019

bonita e mais agradável. Senhor Presidente da Câmara, quando a nau do Vasco da Gama estava para ir para a Índia, havia o velho na gare, no Tejo que não se cansava de sancionar o Rei, porque iam esbanjar riqueza, haveria muitas mortes muitas viúvas iria haver, mas o Gama marchou e fez-se jus e o Gama chegou à Índia. Pois bem, aqui também havia muitos velhos do restelo quanto a obra de Saneamento de Vale de Águia veio a concurso. Criticavam estes gajos são uns aldrabões, o que vão fazer estes gajos isso é só rocha. Esta obra foi feita. Fizeram-se abastecimento de água e saneamentos e fizeram-se arruamentos, lá estão para quem os quiser ver. Foi uma obra difícil, havia valas de cinco metros de profundidade, mas a força do homem é diabólica e das máquinas também. Quem ainda não visitou Vale de Águia depois das obras deve fazê-lo. Senhor Presidente da Câmara está a chegar o mês de outubro e com o mês de outubro vem a caça e vêm as montarias ao javali. Fala-se muito em peste no javali, tuberculose do javali que contagiosa aos animais com os quais se cruza e contagiosa o homem. Já em outubro vai haver montarias, por isso eu peço à Câmara que junto da DGAVE- Direção Geral de Alimentação e Veterinária que exija médicos veterinários para estarem presentes nas montarias, pagando-lhe, a fim de recolherem amostras para enviarem aos laboratórios. Ultimamente os veterinários não têm aparecido, não que eles não queiram, é porque não lhe pagam. Exigir à DGAVE médicos veterinários nas montarias pois quem compra gosta de ir descansado para consumir a sua rês. -----

O **Presidente da Câmara** informou que ia reunir com todas as Associações e vamos tentar encontrar soluções para o plano cinegético do Concelho. -----

Terminadas as intervenções o Presidente da Assembleia Municipal declarou que, foi dado conhecimento a todos os membros desta Assembleia Municipal do teor da informação prestada pelo Presidente da Câmara Municipal. -----

Nada mais havendo a tratar o Presidente da Assembleia Municipal deu por terminada a sessão eram 12:30 horas. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

Sessão de 27 de setembro de 2019

Os Secretários da Mesa da Assembleia Municipal

A Secretária da Sessão


